



ALÉM DA PÓS-COLONIALIDADE: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo

João Marcelo Ehlert Maia¹

É bem conhecida a entrevista do filósofo alemão Jürgen Habermas concedida à prestigiosa revista inglesa “New Left Review”, na qual, perguntando por Perry Anderson e Peter Dews sobre o que sua teoria tinha a acrescentar aos povos que lutavam pela libertação no Terceiro Mundo, respondeu que preferia “passar” a questão (Habermas; Dews, 1986). A despeito desta sincera e até corajosa resposta, isso não impediu Habermas de continuar sendo lido, estudado, pesquisado e tomado como referência obrigatória por sociólogos no Brasil, na Argentina, na África do Sul, no México e em outros quadrantes do antigo Terceiro Mundo, hoje usualmente classificado como “Sul Global”. Este pequeno caso ilustra perfeitamente um dos grandes entraves à construção de uma sociologia realmente global no mundo contemporâneo: trata-se do bom e velho eurocentrismo, que a despeito de ser apontado e criticado, continua a dar as cartas nas construções teóricas, nas formulações de conceitos e nos indicadores simbólicos de prestígio intelectual nas ciências humanas em geral.

Senão, vejamos: caso atentemos para os principais autores tidos como teóricos principais na sociologia contemporânea, veremos que eles são ou europeus ou norte-americanos. Além de Habermas, podemos citar Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Margaret Archer, Ulrich Beck, Bruno Latour, Luc Boltanski e Zygmunt Bauman como cientistas sociais prestigiosos, que

¹ João Marcelo Ehlert Maia é professor adjunto da Escola Superior de Ciências Sociais (FGV/CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e coordenador do curso de Ciências Sociais da mesma instituição.

freqüentam habitualmente programas de curso, bibliografias e outros itens que atestam a consagração acadêmica. Todos esses pensadores construíram grandes esquemas teóricos e analíticos tomando como universo empírico, em boa medida, o mundo contido no Atlântico Norte (com a exceção parcial de Bourdieu, cuja teoria da prática nasceu de seu encontro com a sociedade cabila no Norte da África).

Pesquisas recentes mostram que persiste uma poderosa divisão geopolítica do trabalho intelectual (Keim, 2010; Connell, 2007). Segundo as linhas dessa divisão, o trabalho mais propriamente teórico concentra-se nas instituições de pesquisa do Hemisfério Norte, especialmente as localizadas nos Estados Unidos e na Europa, enquanto resta aos cientistas sociais de comunidades nacionais tidas como periféricas o trabalho de aplicação prática dessas teorias (Connell, 2012).

Este, de fato, não é um problema novo, e deriva, em grande medida, de um quadro político, epistemológico e cultural mais geral, analisado de diferentes maneiras nas últimas décadas. Nos termos de Edward Said (1978), essa divisão reflete a própria estrutura colonial de poder que permitiu a consolidação da imaginação européia nos séculos XVIII e XIX e a produção de uma imagem do Outro – o Oriente – como um objeto a ser descrito, explicado e, em última instância, controlado. No campo da sociologia, Immanuel Wallerstein interpretou essa questão como uma expressão da construção do chamado sistema-mundo capitalista a partir do século XVI, que produziu uma divisão internacional do trabalho que organizou o planeta em centro, periferias e semiperiferias (Wallerstein, 1996). Na análise de Wallerstein, o eurocentrismo como problema epistemológico seria a tradução de uma dinâmica político-econômica de longa duração, responsável pelas desigualdades globais que seriam funcionais para a acumulação do capital em escala mundial.

É claro que a persistência desse quadro no que se refere à produção de conhecimento não implica a ausência de questionamentos e alternativas. Nas últimas décadas, o termo “postcolonialism” serviu como o conceito principal a guiar a crítica ao eurocentrismo e à desigualdade cognitiva que ainda estruturam a relação entre os países do Atlântico Norte e outras partes do mundo. No Brasil, em especial, quando se fala em alternativas teóricas ao eurocentrismo, pensa-se, inicialmente, nas diferentes tradições intelectuais associadas à “pós-colonialidade” e ao “pós-colonialismo”. Entretanto, não são poucas as críticas feitas a esses conceitos e às formulações teóricas relacionadas a eles. Já se apontou a

parcialidade da narrativa histórica subjacente aos estudos pós-coloniais, em especial aqueles produzidos em língua inglesa e tributários da experiência anglo-saxã (Mignolo, 2003), além de se questionar a própria possibilidade de se fazer teoria social a partir de conceitos ou pressupostos epistemológicos tidos como flutuantes e imprecisos (McLennan, 2003). Finalmente, discutiu-se a própria legitimidade do termo, tido como mais uma forma de intelectuais oriundos de países periféricos construírem carreiras acadêmicas nas Metrôpoles (Dirlik, 1994)

Este artigo compartilha do entendimento de que a crítica ao eurocentrismo e a conseqüente busca por novos paradigmas teóricos não podem ser resumidas à adoção irrefletida do “pós-colonialismo”, pois este termo obscurece outras perspectivas críticas talvez até mais fortes e potentes, e dotadas de um histórico de profundo enraizamento no nosso continente. Refiro-me, especialmente, à tradição sociológica latino-americana, que, em boa medida, constituiu-se a partir de um diálogo tenso e crítico com a imaginação social européia. A hipótese principal deste artigo é que esta tradição pode ajudar a superar alguns dos impasses trazidos pelo pós-colonialismo.

O artigo divide-se em duas breves seções. Na primeira, discuto com mais profundidade algumas das principais críticas e reparos feitos ao pós-colonialismo, em especial aquelas que buscam estabelecer um diálogo construtivo com esse paradigma. Na seção seguinte, explico por que a tradição sociológica latino-americana pode ser compreendida como um repertório teórico que pode servir de fonte para formulações críticas ao eurocentrismo mais consistentes. Concluo analisando brevemente alguns desafios a serem superados para que esta crítica ganhe densidade no interior da disciplina sociológica e no próprio ambiente universitário brasileiro.

105

LIMITES E PROBLEMAS da pós-colonialidade

Não há lugar aqui para fazer mais uma história do conceito de “postcolonialism” e de seu destino crítico no Brasil. Já há suficiente literatura acumulada sobre os dois temas, seja na forma de coletâneas publicadas por prestigiosas editoras do Hemisfério Norte, índice seguro do sucesso da pós-colonialidade (McLeod, 2000; Quayson, 2000; Young, 2001), seja como artigos que receberam o debate no Brasil (Costa, 2006).

O que me parece interessante é apontar algumas das principais críticas que foram feitas ao termo, e que indicam certo esgotamento cognitivo do mesmo. Uma delas foi dirigida aos chamados “Subaltern Studies” (Estudos subalternos), nome utilizado para designar um conjunto de artigos, livros e trabalhos publicados por intelectuais indianos no início da década de 1980 que buscavam questionar alguns dos pilares da narrativa ocidentalizante sobre o Estado-Nação e a sociedade civil. Os assim chamados “subalternos” escreviam tendo em mente as narrativas teleológicas que sustentavam a interpretação nacionalista dos hindus ou dos marxistas indianos (Prakash, 1994; Chakhabarty, 2002). Ao serem consumidos de forma articulada a outras poderosas matrizes teóricas que influenciavam o pensamento crítico europeu, os “Subaltern Studies” lograram se consolidar nas Metrôpoles como a principal teoria oriunda de países periféricos.

Entretanto, como mostraram alguns pensadores que trabalham com Estudos Culturais e pensamento latino-americano, a visão dos subalternos sobre o pós-colonialismo era informada pela experiência imperial inglesa, o que deixaria de lado o colonialismo ibérico. Segundo Walter Mignolo (1995), um dos principais articuladores dessa “dissidência” que logo seria conhecida como “De-colonial”, isso teria levado os intelectuais indianos a classificarem o colonialismo como um fenômeno moderno datado do século XVIII em diante, apagando a conexão entre a gênese histórica do Ocidente e a colonialidade. Mignolo argumentou que esse apagamento impedia esse grupo de compreender a própria gênese do sujeito moderno, cujos fundamentos filosóficos e políticos foram constituídos na Renascença, que, por sua vez, só poderia ser entendida por intermédio da expansão colonial ibérica sobre o Novo Mundo. Afinal, a idéia de um “mundo” traduzido em mapas e apreendido por intermédio de categorias abstratas de tempo e espaço da Razão iluminista era a outra face do domínio exercido sobre demais populações e modos de imaginação filosófica.

Desde então, o grupo dos “de-coloniais” vem procurando explorar esta marca “latino-americana” do colonialismo, enfatizando a persistência da colonialidade na forma Estado-Nação e nas ideologias de mestiçagem que estruturaram os países do Novo Mundo. Embora os resultados desta crítica sejam dúbios (Domingues, 2009), são inegáveis os ganhos teóricos produzidos.

Outra crítica ao “pós-colonialismo” partiu de dentro do campo da sociologia, disciplina sempre vista com suspeição pelos adeptos da pós-colonialidade, em geral oriundos da Historiografia ou dos estudos culturais e

literários. O artigo de McLennan (op.cit) questionou a proficuidade teórica do pós-colonialismo, dada a desconstrução conceitual operada por esse programa e a deslegitimação de esquemas explicativos macro-estruturais, tão ao gosto dos cientistas sociais. Nesse registro, a própria possibilidade da sociologia dialogar com essa agenda era posta sob dúvida, uma vez que se considerava que seus fundamentos epistemológicos eram irredutíveis uns aos outros.

A crítica sociológica ao pós-colonialismo não implicou uma ausência de diálogo entre esses dois campos, por mais que os cientistas sociais, de forma geral, continuassem a apresentar sérios reparos à “pós-colonialidade”. O livro organizado por Sérgio Costa, Manuela Boatcã e Enrique Gutiérrez (2010), que analisa as contribuições do pós-colonialismo para a análise sociológica contemporânea, e o trabalho de Gurminder Bhambra (2009) sobre a relação entre pós-colonialismo e teorias da modernidade são exemplos dessa perspectiva.

O livro coletivo de Costa, Boatcã e Gutiérrez apresenta ao público europeu não apenas o pós-colonialismo, mas a própria “de-colonialidade”, incorporando algumas de suas formulações e tentando traduzi-las em termos de insights analíticos passíveis de serem incorporados por sociólogos interessados em pesquisa empírica. Costa, em especial, destaca como essas formulações podem permitir novas formas de conceituar identidades sociais e suas conexões com o ativismo político na esfera pública (2010).

Bhambra, por sua vez, incorpora o legado dos subalternos indianos, mas aponta as limitações de seu fundamento epistêmico, que tende a identificar a crítica social com a localização de sujeitos sociais essencializados (o negro, a mulher, o indígena etc.), que seriam os tradutores por excelência de novas experiências e perspectivas, supostamente legítimas por si sós. Bhambra busca superar esta perspectiva lançando mão dos trabalhos de Sanjay Subrahmanyam, nos quais se defende uma visão não identitária das experiências históricas, entendidas por esse autor a partir do conceito de “connected histories” (Subrahmanyam, 1997). No seu livro, Bhambra busca justamente reler a tradição sociológica a partir de uma nova visão da própria modernidade, não mais entendida com um produto interno europeu, mas sim como o resultado complexo de múltiplas redes de interação, dominação e interdependência entre Oriente e Ocidente.

De forma geral, os livros de Costa, Boatcã e Gutiérrez e Bhambra evidenciam que a crítica ao eurocentrismo pode ser produtivamente incorporada à

sociologia – de qualquer sociologia, principalmente aquelas feitas nos países centrais -, mesmo que isso implique certo enfrentamento com os limites do chamado pós-colonialismo. Porém, este diálogo crítico ainda é recente, e permanece muito a ser feito neste campo. Uma maneira de encaminhar esta questão é reabrindo outras tradições sociológicas periféricas, que desde muito vêm se engajando num esforço notável de crítica ao eurocentrismo. A isto me dedico na próxima seção.

SOCIOLGIAS PERIFÉRICAS: o caso da tradição latino-americana.

A discussão sobre eurocentrismo no pensamento social produzido em contextos periféricos não é nova. Nos estudos culturais e entre os intelectuais associados ao pós-colonialismo, é comum eleger como predecessores desta tradição nomes de pensadores, filósofos, poetas e lideranças políticas africanas, caribenhas e asiáticas, tais como Frantz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, entre outros que publicaram e atuaram principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Note-se que esse processo de produção de um cânone histórico é feito por críticos consagrados em instituições e circuitos do Hemisfério Norte, como Edward Said e Homi Bhabha. Em geral, são intelectuais que publicam ou publicaram em inglês e/ou francês e tendem a se concentrar em tradições do pensamento social mais próximas dessas línguas.

O campo das sociologias periféricas, porém, é mais vasto e contempla diferentes intelectuais e pensadores que lograram estabelecer os marcos iniciais desta discussão. Um debate sempre lembrado entre os sociólogos relaciona-se às chamadas *indigenous sociologies*, de extração africana. Esse debate foi consolidado pelo cientista social nigeriano Akinsola Akiwowo, que em famoso artigo publicado na década de 1980 buscou no universo cognitivo e filosófico da cultura ioruba elementos para pensar novas construções conceituais sociológicas, que evitassem assumir os conceitos europeus como naturalmente universais (1986). Este debate hoje é reconhecido como um dos principais momentos na crítica ao eurocentrismo na teoria social, embora também seja alvo de críticas por suas inconsistências e pela dificuldade de aplicação fora do contexto particular no qual foi gestado.

Mais recentemente, o sociólogo de Cingapura Syed Farid Alatas vem publicando livros e artigos nos quais procura dentro das tradições sociológicas de

sua região elementos não apenas para uma crítica ao eurocentrismo, mas também para a construção de conceitos alternativos que possam evitar o viés característico da produção européia (Alatas, 2006; 2010). O esforço de Alatas se junta a outras tentativas similares que vêm sendo feitas no campo, e que têm encontrado boa acolhida em algumas instâncias estabelecidas de legitimação intelectual, como a própria Associação Internacional de Sociologia (ISA). Tal Associação editou há poucos anos uma vasta coletânea em inglês sobre textos e tradições sociológicas diversas, abrindo um campo de investigação até então pouco explorado (Patel, 2010).

Entretanto, a grande ausente nesta discussão ainda é a sociologia latino-americana. Quando os teóricos próximos do pós-colonialismo olham para o continente em busca de predecessores e pais fundadores, em geral elegem figuras como Fernando Ortiz, Edmundo O’Gorman e Fausto Reinaga, todos notáveis críticos do eurocentrismo, mas deixam de lado Agustín Cueva, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e outros pensadores mais próximos do campo da sociologia. Sustento que esse obscurecimento prejudica a formulação de alternativas teóricas ao eurocentrismo mais consistentes.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que boa parte da imaginação sociológica latino-americana foi forjada justamente a partir da experiência de um processo modernizador que não seguia o mesmo curso descrito pela teoria europeia. Ou seja, o desconforto com o falso universalismo das teorias produzidas na Metrópole não foi um fenômeno que surgiu posteriormente, mas um elemento definidor dessa própria tradição intelectual. Afinal, se a modernidade e os fenômenos urbanos foram os grandes problemas levantados pela sociologia européia, em poucos lugares eles se mostraram tão contraditórios e potentes como na América Latina, em que sociologia e modernização se fertilizaram mutuamente de modos inesperados.

Tome-se, como exemplo, o caso da sociologia da modernização, que foi produzida a partir do encontro entre teorias econômicas sobre desenvolvimento, como a teoria dos estágios do crescimento formulada por W.W.Rostow, e a sociologia estrutural-funcionalista consolidada por Talcott Parsons e Robert Merton. Tal perspectiva sociológica pressupunha que um conjunto de variáveis-padrões tidas como típicas do mundo liberal-capitalista (secularismo, individualismo, mercado, critérios de classe para estratificação social, entre outros) se correlacionariam positivamente para produzir um caminho linear para a

modernidade, cujo espelho histórico mais bem-acabado seria os Estados Unidos. Esta teoria foi exportada no pós-II Guerra, transformando-se praticamente em uma ideologia de organização política e social liberal, graças à sua capacidade de fornecer um diagnóstico simples sobre os obstáculos à modernização na América Latina, além de um programa também de fácil assimilação.

Quando consumida no nosso continente, a sociologia da modernização foi torcida e recriada, pois a experiência periférica vivenciada pelos nossos teóricos mostrava uma condição histórica na qual o moderno se realizava em sintonia com tendências estruturais de longa duração, que reproduziam condições oriundas ainda do período colonial (Brasil Junior, 2011). Nas mãos de sociólogos latino-americanos como Luiz Aguiar da Costa Pinto, Florestan Fernandes e Rodolfo Stavenhagen, a teoria foi completamente criticada, recriada, ou mesmo descartada. Apontou-se, por exemplo, a peculiaridade da revolução burguesa numa ordem social ainda estamental, em que critérios raciais persistiam como mecanismos de classificação social, confundindo-se com critérios de classe (Fernandes, 1965); também se analisou a centralidade da questão agrária e de seus personagens principais (indígenas e camponeses) em sociedades nas quais a extensão da cidadania não implicou o esboroamento de marcas coloniais de controle social (Stavenhagen, 1969); finalmente, apontou-se também como o problema do colonialismo, um tema quase não tratado pela sociologia européia (Connell, 2007), foi rearticulado no âmbito interno dos emergentes Estados-Nações latino-americanos, impedindo uma plena ampliação da democratização fundamental (Casanova, 1963). O conceito de “colonialismo interno”, hoje de grande circulação em diversos campos intelectuais, deve sua elaboração primitiva à tradição sociológica mexicana, na qual o problema da relação entre o Estado moderno pós-revolucionário e as populações indígenas foi, desde sempre, uma questão em aberto, e não simplesmente um vestígio de uma suposta tradição arcaica e destinada a sucumbir diante da modernização.

Na tradição sociológica marxista, tal torção dos critérios eurocêntricos também foi operada. Tome-se como exemplo o clássico texto de Rodolfo Stavenhagen (1965), intitulado “Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina”. Este artigo questionou a ortodoxia sociológica à esquerda e à direita, ao criticar a narrativa teleológica do marxismo e sua visão de como se processariam as lutas de classes, além de evidenciar a centralidade da questão indígena e racial no continente, um tema que não encontrou guarida na sociologia clássica da Europa. O texto de Stavenhagen também evidenciava como a modernidade capitalista não

pressupunha uma modelar “revolução burguesa” para se consolidar, mesmo que isso implicasse a rearticulação de formas clássicas de dominação e interação sociais. Como se sabe, este tema foi consagrado via estudos subalternos indianos, mas o caso mexicano o precedeu intelectualmente em quase duas décadas.

Pode-se dizer que este tema – a existência de uma forma não européia de modernidade, que articulava elementos sociais tidos como tradicionais que se perpetuavam de forma contemporânea – esteve no âmago da melhor teoria latino-americana feita entre os anos de 1950 e 1980. Esteve, por exemplo, na raiz do pensamento econômico gestado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que introduziu no debate a equação transnacional e geopolítica. Os economistas ligados a essa instituição chamaram a atenção para a dinâmica de trocas desiguais entre centro e periferia e argumentaram que o subdesenvolvimento não era uma etapa, mas uma condição histórica particular, cujo entendimento não prescindiria de uma análise integrada da divisão de trabalho no capitalismo global (Love, 1998). O conceito de “subdesenvolvimento”, vale dizer, ganhou o mundo e influenciou a produção intelectual não-econômica, tornando-se uma das chaves-mestras para a decifração dos paradoxos da América Latina.

111

A teoria da dependência, por sua vez, foi o momento fundamental no qual a discussão sobre o subdesenvolvimento ganhou maior refinamento sociológico e político. Assim, as formulações mais radicais e críticas evidenciaram a profundidade da exploração capitalista no continente, ao mesmo tempo em que destacaram a necessidade de se tomar o sistema mundial capitalista como unidade de análise (Dos Santos, 2002). Já as leituras mais weberianas do tema evidenciaram como a dependência implicava uma situação estrutural condicionante-significante na qual as relações entre classes sociais e grupos dirigentes eram reconfiguradas de forma peculiar, implicando diferentes formas particulares de dependência. Ambas as leituras inovaram ao questionar a narrativa unilinear da modernidade e a própria temporalidade que informava a tradição européia, que tendia a ver o capitalismo como um fenômeno europeu que seria “exportado” para o resto do mundo. Este tema, aliás, é um dos principais eixos da discussão feita por Gurminder Bhambra. Porém, essa autora vai localizar na historiografia de Subrahmanyam a chave para questionar a narrativa linear e endógena da modernidade. Uma visita às teorias latino-americanas dos anos de 1960 e 1970 poderia abrir um escopo analítico mais amplo, além de permitir a incorporação de outros casos empíricos que reforçariam o argumento.

Como se vê, há na tradição sociológica latino-americana elementos poderosos para a construção de um repertório crítico contemporâneo que nos permita dialogar com o pós-colonialismo de uma perspectiva mais ativa. Afinal, de que adianta construir uma crítica intelectual às desigualdades geopolíticas que reitera os termos da divisão global do trabalho intelectual, segundo o qual ao mundo de língua anglo-saxã caberia a elaboração criativa, e a nós, a aplicação prática?

CONCLUSÃO: desafios para o futuro

Deve-se dizer, porém, que a recuperação histórica proposta acima não é suficiente, pois restam desafios importantes a serem vencidos. Sustento que esses desafios dizem respeito a três dimensões fundamentais do conhecimento sociológico tal como praticado aqui e no resto do mundo: a) a dimensão da construção teórica; b) a dimensão relativa à própria forma como se narra a história da disciplina; c) a dimensão do ensino da disciplina aos jovens estudantes brasileiros.

No campo da discussão teórica *strictu sensu*, como passar do reconhecimento de tradições intelectuais alternativas para a produção de teorias e conceitos que tenham validade não apenas particular, mas geral? Como se viu anteriormente, o debate introduzido pelas chamadas *indigenous sociologies* não conseguiu justamente ultrapassar o âmbito do pensamento social africano, permanecendo, para muitos, como uma interessante recuperação filosófica que não provou seu potencial universalizante. Alternativas mais promissoras parecem ser aquelas que não miram diretamente a construção de novos “universais”, mas sim, a elaboração de teorias de médio alcance sobre fenômenos localizados, como as relações entre formação de identidades racializadas na esfera pública (Costa, 2010). De qualquer forma, impossível estabelecer uma crítica produtiva ao eurocentrismo que não implique um diálogo constante e criativo com a produção metropolitana. Qualquer aposta nativista, que busque fixar de forma essencializada uma tradição nas fronteiras de um Estado-Nação ou uma comunidade nacional, está fadada ao fracasso.

Outra consequência importante do que se discutiu nas páginas anteriores refere-se ao modo como concebemos a própria história da sociologia. Sustento que inscrição das sociologias periféricas no campo crítico ao eurocentrismo não

produz efeitos apenas para “dentro” dessas tradições, mas, fundamentalmente, para a própria tradição europeia. Afinal, será que a sociologia é fundamentalmente apenas a ciência europeia da modernidade, tal como usualmente ensinada mesmo nas graduações brasileiras, ou uma forma global de autoconsciência dos encontros produzidos entre modernidade e colonialismo, como sugeriu criativamente Raewyn Connell (2007)? Uma alternativa a ser evitada é aquela do “mosaico”, segundo a qual existiriam tantas formas de teoria quando países ou comunidades culturais nacionais. Trata-se, sustento, da necessidade de apontarmos as conexões e trânsitos diversos entre as diferentes tradições metropolitanas e periféricas, como já vem sendo feito de forma instigante por cientistas sociais latino-americanos como Fernanda Beigel (2010) e Cláudio Pinheiro (2010). Isto é, a perspectiva sustentada neste artigo aponta para a necessidade de superarmos o eurocentrismo por meio de uma abordagem transnacional das trocas intelectuais, evidenciando como conceitos, idéias e teorias podem se deslocar de diferentes formas (Maia, 2011).

Finalmente, essas mudanças implicam também uma rearticulação das formas de se ensinar sociologia e pensamento social em geral, pois boa parte de nossos cursos segue uma lógica linear, cronológica, que também é temática, e que associa o surgimento da sociologia ao problema da modernidade europeia e seus desdobramentos. Isso se reflete numa superposição de disciplinas concebidas em torno de uma sequência supostamente endógena do avanço da sociologia, que vai dos clássicos do século XIX até os grandes teóricos do final do século XX. Uma primeira forma de superar esta configuração seria introduzir novas disciplinas, voltadas para as sociologias periféricas, repetindo o modelo de “precursores” e “discípulos”, sempre enquadrados em termos de escolas nacionais de pensamento.

Diante de tal acúmulo curricular, como podemos repensar o eurocentrismo no ensino sem que isso implique construirmos mais e mais disciplinas obrigatórias? Há boas alternativas disponíveis: pode-se incorporar leituras críticas aos clássicos, evidenciando a natureza histórica, contingente e eurocêntrica de parte de suas teorias, como fizeram Alatas e Sinha (2001) ao ensinarem Sociologia Clássica no Sudeste Asiático; pode-se também analisar como a tradição sociológica europeia surgiu do encontro colonial entre intelectuais, governos e diferentes povos ao redor do mundo (Connell, 2007); finalmente, pode-se incentivar o surgimento de espaços extracurriculares como grupos de leitura nos quais são estudados e lidos teóricos tidos como periféricos. Esta última

alternativa vem sendo seguida na Escola Superior de Ciências Sociais, instituição na qual o autor leciona.

Enfim, como se pode notar, é grande o desafio. Entretanto, são vastas, também, as possibilidades de diálogo abertas por esse encontro entre sociologia, crítica ao Eurocentrismo e pós-colonialismo.

BIBLIOGRAFIA

AKIWOWO, Akinsola. Contributions to the sociology of knowledge from an African oral poetry. *International Sociology*. 1, pp. 345-358, 1986

ALATAS, Said Farid. A definição e os tipos de discursos alternativos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 23, n.46, pp. 225-245, 2010.

_____. *Alternative discourses in Asian social science: responses to Eurocentrism*. New Dheli: Sage, 2006

ALATAS, Said Farid; SINHA, Vineeta. Teaching Classical Sociological Theory in Singapore: The Context of Eurocentrism. *Teaching Sociology*. Vol. 29, n.3, pp.316-331, 2001.

BEIGEL, Fernanda. *Autonomia y dependência acadêmica. Universidad e investigación científica en um circuito periférico*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BHAMBRA, Gurminder. *Rethinking modernity: Postcolonialism and the sociological imagination*. Pallgrave Macmillan, 2009.

BRASIL JUNIOR, Antônio S. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2011.

CASANOVA, Pablo González. Sociedad Plural, Colonialismo Interno y Desarrollo. *América Latina*. Vol. 6 (3), p. 15-32, 1963.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of Modernity: essays in the wake of subaltern studies*. Chicago, Chicago University Press, 2002.

CONNELL, Raewyn. A Iminente Revolução na Teoria Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.27, n.80, pp. 09-20, 2012.

_____. *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science*. London: Polity Press, 2007

COSTA, Sérgio; BOATCÃ, Manuela; RODRIGUEZ, Encarnación-Gutiérrez (orgs). *Decolonizing European Sociology: Transdisciplinary Approaches*. Burlington, Farnahm: Ashgate, 2010.

_____. Postcolonial Sociology: A Research Agenda. In M. Boatcã, S. Costa e E.G. Rodriguez (orgs). *Decolonizing European Sociology: Transdisciplinary Approaches*. Burlington, Farnahm: Ashgate, 2010.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.21, n.60, pp. 117-183, 2006

DIRLIK, Arif. The postcolonial aura: Third World Criticism in the era of Global Capitalism. *Critical Inquiry*. Vol. 20 (2), p. 328-356, 1994.

DOMINGUES, José M. Global modernization, coloniality and a critical sociology for contemporary Latin America. *Theory, Culture and Society*. Vol.26, n.1, pp. 112-133, 2009.

DOS SANTOS, Theotônio. *La teoría de la dependencia: Balance y perspectivas*. Buenos Aires: Plaza & Janes, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965. 2 vols.

HABERMAS, Jürgen; DEWS, Peter (org). *Autonomy and Solidarity: Interviews with Jürgen Habermas*. Londres: Verso, 1986.

KEIM, Wiebke. Por une Modèle Centre-Périphérie dans la science sociale. Aspects problematiques dès relations internationales en science sociales. *Revue dès anthropologies of connaissances*. vol.4, n.3, pp. 570-598, 2010.

LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*. Vol.26, n.2, pp 71-94, 2011.

MCLENNAN, Gregor. Sociology, Eurocentrism and Postcolonial Theory. *European Journal of Social Theory*. Vol.6, n.1, pp. 69-86, 2003.

MCLEOD, John. *Beggining Postcolonialism*. Manchester, Manchester University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter. *Histórias globais – projetos locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

_____. *The Darker Side of Renaissance: literacy, territoriality and colonization*. Michigan, Michigan University Press, 1995.

PATEL, Sujata (org). *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. London: Sage Publications, 2010.

PINHEIRO, Claudio. Direct and Indirect Transitivity. The receptions of Dependency Theory in India and Singapore and other dialogues between intellectual peripheries from the Global South. Paper apresentado no *World Social Sciences and Humanities Network Meeting*. Buenos Aires, 2010.

PRAKASH, Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*. Vol.99, n.5, pp. 1475-1490, 1994.

QUAYSON, Ato. *Theory, practice or process?* Malden, Polity Press, 2000.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1978.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. SigloVeinteuno, 1969.

_____. Siete Tesis Equivocadas sobre America Latina. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n.1, 1965.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Connected Histories - Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*. Vol. 31, n.3, pp. 745-762, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Para abrir as ciências sociais – Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

YOUNG, Robert CJ. *Postcolonialism: an historical introduction*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2001.

